

BOLETIM 240

Brasília, 1º de novembro de 2016

FETICOMCE promove reunião para aprovar contas e debater conjuntura do setor da construção

A Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário do Estado do Ceará – FETICOMCE – realizou encontro no dia 28 de outubro último (sexta-feira) com o objetivo de aprovar as contas da entidade, o que aconteceu por unanimidade, ao mesmo tempo em que discutiu assuntos de interesse do movimento sindical e da categoria.

O presidente da CONTRICOM, Francisco Chagas Costa - Mazinho, presente à reunião, fez palestra sobre a Conjuntura Atual da Construção Civil, com base nos dados fornecidos pelo DIEESE.

Segundo Mazinho, “nosso segmento continua sendo um dos que mais demitem no momento em razão da forte recessão que atinge o país desde o governo anterior”, diagnosticou.

Para o dirigente sindical, “esse cenário é resultado da incompetência e da falta de sensibilidade dos governantes em relação à construção civil, um segmento que tanto pode ser a porta de entrada da crise como também de saída”.



Mazinho apresenta sua palestra aos dirigentes da FETICOMCE



José Tadeu, secretário de Finanças da FETICOMCE; Antonio Rodrigues Fernandes, presidente; Mazinho (CONTRICOM), Luis Carneiro Rocha (FETICOMCE e CONTRICOM); e, ao fundo, à direita, dr. Hélio, advogado da Federação

Mazinho relatou “as inúmeras vezes em que eu, pessoalmente, apresentei propostas ao governo, através da ex-presidente e de seus ministros, como do atual, para que o governo olhe de forma diferenciada para o nosso setor, promovendo mais investimentos, pois a resposta



Os dirigentes da FETICOMCE e o presidente Mazinho confraterniza-se durante o encontro da entidade

quando isso acontece é rápida no sentido da retomada do crescimento e da empregabilidade”.

“A construção civil representa uma cadeia produtiva ampla e complexa que, se estimulada, responde rapidamente com a geração de empregos”, argumentou o presidente da CONTRICOM.

Mazinho aproveitou a oportunidade para falar também sobre assuntos de interesse geral do movimento sindical e da categoria, destacando a decisão judicial que determinou ao Ministério do Trabalho o cancelamento do registro da CNTIC, entidade paralela.

O presidente da FETICOMCE, Antonio Rodrigues Fernandes, avaliou como “muito positivo o encontro, pois tivemos condições de

atualizar as informações sobre o que acontece hoje no mundo sindical e de nossa categoria.”

Luis Carneiro Rocha, dirigente da FETICOMCE e secretário para Assuntos de Comunicação da CONTRICOM, presente ao encontro, também fez uma avaliação de que o evento “cumpru seus objetivos no sentido de fortalecer a Federação e, assim, a luta dos nossos trabalhadores na defesa de seus interesses.

A reunião contou também com palestra do Dr. Luciano sobre a NR-18 e as questões que envolvem a saúde e a segurança do trabalhador da construção civil.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Bancos estimam inflação este ano em 6,88%

Instituições financeiras consultadas pelo Banco Central (BC) esperam por inflação menor neste ano. De acordo com a pesquisa Focus, divulgada às segundas-feiras pelo BC, a projeção para a inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), caiu pela sétima vez seguida, ao passar de 6,89% para 6,88%.

Para 2017, a estimativa segue em 5%. As projeções ultrapassam o centro da meta que é 4,5%. O teto da meta é 6,5%, este ano, e 6% em 2017.

A projeção de instituições financeiras para a queda da economia (Produto Interno Bruto – PIB – a soma de todas as riquezas produzidas pelo país), este ano passou pela quarta piora seguida, ao ser ajustada de 3,22% para 3,30%. Para 2017, a

expectativa de crescimento foi reduzida de 1,23% para 1,21%.

Taxa básica - Com a expectativa de retração da economia e inflação menor, as instituições financeiras esperam que a taxa básica de juros, a Selic, encerre 2017 em 13,50% ao ano. Atualmente, a Selic está em 14% ao ano.

Para as instituições financeiras, o BC dará continuidade ao ciclo de redução da Selic no próximo ano. A expectativa é que a taxa básica termine 2017 em 10,75% ao ano. A estimativa da semana passada era de 11% ao ano. A taxa é usada nas negociações de títulos públicos no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) e serve como referência para as demais taxas de juros da economia.

Ao reajustá-la para cima, o BC contém o excesso de demanda que pressiona os preços, porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Quando reduz os juros básicos, o Copom barateia o crédito e incentiva a produção e o consumo, mas alivia o controle sobre a inflação.

Fonte: Portal EBC

Meirelles prevê retomada da economia e geração de emprego em 2017

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse nesta segunda-feira (31) que com a confiança na economia brasileira aumentando, há indicações de retorno do crescimento em 2017. Em entrevista exclusiva ao programa A Voz do Brasil, da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), Meirelles disse que o crescimento econômico



trará como “consequência natural e inevitável” a retomada do emprego.

“Existem diversas indicações de que teremos, de fato, a economia crescendo no próximo ano”, afirmou o ministro durante o programa, que estreou hoje um novo formato. Meirelles voltou a defender a necessidade das reformas econômicas para a retomada do crescimento. “O Brasil precisa reformar a economia para que cresça e seja capaz de gerar empregos, gerar renda para a população e baixar a inflação.”

PEC dos Gastos - O ministro também reforçou que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55, chamada de PEC 241 durante a tramitação na Câmara, não reduzirá investimentos na educação e saúde. A proposta limitará os gastos públicos à inflação oficial do ano anterior durante 20 anos. “O que se estabelece é um mínimo de gastos com saúde e educação, é acima do mínimo estabelecido até agora. O Executivo e o Congresso podem, inclusive, aprovar mais despesas. Portanto, é algo que preserva, sim, o investimento nessas duas áreas fundamentais para a sociedade”, disse.

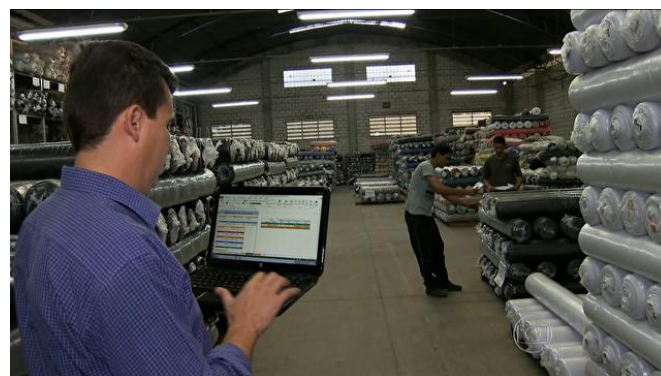
Caso a PEC 55 seja aprovada pelo Senado, não haverá impacto para o orçamento da educação em 2017, primeiro ano de vigência da restrição. O gasto na área vai seguir a regra constitucional, que prevê que 18% de tudo que o governo arrecada tem que ser aplicado em educação. No caso da saúde, em 2017, a parcela do orçamento subirá dos atuais 13,7% para 15%. A partir de 2018, o crescimento dos pisos para educação e saúde passarão a ser corrigidos pela inflação do ano anterior.

Na entrevista a A Voz do Brasil, Meirelles comparou a PEC dos Gastos Públicos à redução de despesas de uma família que gasta acima da capacidade de sua renda. “Imaginem uma família que comece a gastar mais do que ganha, a tomar empréstimos em quantidades cada vez maiores. Esta proposta vai limitar o crescimento dos gastos, da mesma maneira que faz uma família que está gastando mais do que ganha.”

O ministro da Fazenda reafirmou que, com a aprovação da PEC, não será preciso aumentar impostos. “O aumento seria necessário se as despesas continuassem a crescer de forma descontrolada. No momento em que o governo corta na própria carne, como disse o presidente Michel Temer, elimina a necessidade de aumentar impostos.”

Nova A Voz do Brasil - Programa de rádio mais antigo do Brasil, A Voz do Brasil estreou hoje um novo formato, mais interativo e próximo do cidadão. Com jornalismo, prestação de serviço e diálogo com os ouvintes, o programa terá mais participação do público.

Fonte: Agência Brasil



Confiança da indústria cai no trimestre encerrado em outubro

O Índice de Confiança da Indústria (ICI) teve queda de 1,6 ponto no trimestre encerrado em outubro. Setembro registrou alta de 2,1 pontos, ao atingir 86,6 pontos. Quinze dos 19 segmentos pesquisados apresentaram retração.

A pesquisa Sondagem da Indústria de Transformação foi feita pelo Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 1.121 empresas, entre os últimos dias 3 e 27. Para 12,7% das empresas consultadas, os estoques estão excessivos. O índice é o mais baixo desde janeiro do ano passado, quando a taxa oscilou em 11,5%. A parcela de empresas que apontaram a existência de estoques insuficientes diminuiu de 7,1% para 4,8% do total.

O superintendente de Estatísticas Públicas da FGV, Aloisio Campelo Junior, afirmou que a retomada do crescimento econômico deve ocorrer, mas em ritmo mais lento. “O tombo da produção física em agosto, registrado pelo IBGE, não representou uma reversão da tendência de recuperação da economia, mas mostrou que o



ritmo de retomada será bem mais lento do que o setor industrial previa no início deste semestre”.

A sondagem mostrou recrudescimento tanto em relação ao momento atual quanto ao desempenho para os próximos seis meses. No Índice da Situação Atual (ISA), houve queda de 1,8 ponto, para 84,9 pontos, o menor desde junho e no Índice de Expectativas (IE), recuo de 1,4 ponto, para 88,4 pontos.

A proporção de empresas que planejam abrir novas vagas no mercado de trabalho, nos próximos meses, diminuiu de 12,5% para 10,9% . Ao mesmo tempo, aumentou a parcela das que acreditam que haverá necessidade de cortes - de 22,1% para 23,2%.

O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) caiu 1,0 ponto percentual, atingindo 73,7%.

Fonte: Agência Brasil

Gastos com a Previdência superam investimentos em infraestrutura, diz economista

Os gastos crescentes com a Previdência Social superam os investimentos em infraestrutura, de acordo com o economista Paulo Tafner, ex-pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e ex-diretor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os custos com o pagamento de aposentadoria por tempo de serviço, por exemplo, equivalem a 13 vezes o gasto com

infraestrutura de transporte no Brasil, considerando dados deste ano.

Já os pagamentos das aposentadorias por idade, segundo o economista, equivalem a sete vezes o investimento no Programa Minha Casa, Minha Vida; o gasto com a aposentadoria rural é 50 vezes maior a despesa com saneamento; e o valor total das pensões por morte é igual a todo o gasto com saúde no país, de acordo com Tafner.

Em palestra nesta segunda-feira (31) na Associação Comercial de São Paulo, na capital paulista, o economista defendeu mudanças drásticas e polêmicas na Previdência, como a redução e até extinção de aposentadorias especiais para professores e policiais militares, que têm regras diferentes das demais categorias. “Eles estão impactando enormemente a despesa previdenciária nos estados. Só que a legislação é federal e os governadores são vencidos, não podem fazer nada”, criticou.

Tafner também defendeu a desconstitucionalização da Previdência, para tornar mais fácil mudar as regras, e citou o caso do Japão, que, segundo ele, estabelece a idade para a aposentadoria em uma lei infraconstitucional, que varia a cada cinco anos de acordo com a mudança da expectativa de vida da população.

Para o economista, no caso do Brasil, o cálculo da idade para aposentadoria do trabalhador deve considerar a esperança de vida aos 60 anos e não a expectativa de vida ao nascer. Na década de 1980, por exemplo, segundo Tafner, pessoas com 60 anos viviam mais 15,8 anos, ou seja, até os 75,8 anos (73,9 para homens e 77,6 para mulheres). No entanto, a expectativa de vida ao nascer naquela década, influenciada pela



mortalidade infantil, era de 62 anos (65,5 anos para mulheres e 58,4 para homens).

Em 2010, de acordo com o economista, a esperança de vida aos 60 subiu para mais 21,9 anos (chegando a 80,1 para homens e 83,6 anos para mulheres).

Tafner também é a favor do fim da diferenciação entre homens e mulheres na definição da idade mínima para se aposentar.

Indexação - Outra mudança necessária em uma reforma do setor, segundo o economista, é a desindexação das aposentadorias ao salário-mínimo. "Quanto mais cresce o PIB [Produto Interno Bruto], mais cresce o salário-mínimo e maior é a despesa indexada ao salário-mínimo no INSS [Instituto Nacional do Seguro Social]. Na década de 1980, menos de 30% da despesa era indexada ao salário-mínimo, hoje já é 45%, um crescimento enorme", comparou.

Fonte: Portal EBC

Governo veta acréscimo de parcelas para o seguro-desemprego

Em reunião na semana passada, a penúltima de 2016, o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) rejeitou proposta das centrais sindicais de acrescentar duas parcelas no pagamento do seguro-desemprego. A bancada empresarial se uniu à do governo para derrubar a proposição, que levou quatro meses para ser discutida. Para o representante da CUT no Conselho, Quintino

Severo, a decisão mostra uma nova concepção de governo, desfavorável ao trabalhador.

Segundo ele, após aceitar discutir o tema e falar até em aprovação conforme a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241, o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, "mudou o discurso" e passou a falar em insegurança jurídica. Quintino afirma que não há argumento, seja técnico ou jurídico, contra a proposta. "Recurso tem, e garantia jurídica também. A parcela extra é uma excepcionalidade", diz.

Três integrantes da bancada empresarial se juntaram ao governo, somando oito votos contra a medida, ante cinco das centrais – uma delas não participou da reunião. O representante da CUT observou mudança de posicionamento inclusive de integrantes do setor patronal, que costumam votar conjuntamente com os trabalhadores. "Ficou claro, na fala deles, que houve uma intervenção do governo para mudar a posição. Ficou claro que houve pressão", afirma.

Pagamento - O seguro-desemprego formal foi criado por lei (7.998) em 1990. Hoje, o pagamento prevê de três a cinco faixas, conforme tempo de serviço, com valor baseado no salário médio. Não pode ser inferior ao salário mínimo (R\$ 880) e tem teto de R\$ 1.542,24.

Segundo o demonstrativo de execução financeira do FAT, de janeiro a agosto o pagamento com seguro-desemprego, somou R\$ 25,107 bilhões, 3,2% a menos que em igual período do ano passado, apesar do crescimento das taxas de desemprego. Uma "economia" superior a R\$ 800 milhões. De acordo com Quintino, a queda já reflete as novas regras, que entraram em vigor em junho, com a Lei 13.134, sancionada em junho, ainda no governo Dilma



Rousseff, a partir da Medida Provisória (MP) 665, que restringiu o acesso a alguns direitos.

Pela lei, o período de carência para o primeiro pedido de seguro-desemprego é de 12 meses de trabalho. Na segunda requisição, de nove meses. No primeiro caso, por exemplo, para ter direito ao benefício é preciso ter trabalhado pelo menos 12 dos 18 últimos meses anteriores à data de dispensa.

Procurado, o Ministério do Trabalho informou que quem fala em nome do Codefat é seu atual presidente, Virgílio Carvalho, da Confederação Nacional do Turismo (CNTur), que se absteve na votação da semana passada. Ele não foi localizado até o momento.

Fonte: Rede Brasil Atual

Imposto de Renda poderá incidir sobre bens recebidos por doação ou herança

Bens adquiridos por doação ou herança poderão vir a sofrer a incidência de Imposto de Renda, caso seja aprovado o Projeto de Lei do Senado (PLS) 300/2016. Atualmente isento de imposto, esse valor será taxado, segundo a proposta, se estiver acima de R\$ 5 milhões, ficando isento do imposto apenas se o seu beneficiário for o cônjuge ou o companheiro do doador.

De iniciativa do senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), o projeto aguarda relatório da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Na justificativa do projeto, o autor explica que a proposta tenta corrigir a tributação do Imposto de Renda, que “peca pela má distribuição da carga tributária”. Fernando Bezerra Coelho argumenta que diversos estudos apontam que os pobres sofrem mais com a carga tributária do que a população de renda mais alta.

“De acordo com o Ipea [Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada], os trabalhadores brasileiros que ganham o equivalente a até dois salários mínimos trabalham 197 dias por ano para pagar impostos. Já os que ganham mais de 30 salários mínimos destinam 106 dias por ano ao pagamento de tributos”, justifica o senador.

Segundo ele, é preciso adotar medidas que permitam “instituir uma maior progressividade do sistema tributário nacional, de modo que os contribuintes de maior renda paguem proporcionalmente mais impostos, fazendo valer os comandos constitucionais”.

Se for aprovado na CAE, o projeto pode seguir direto para a Câmara dos Deputados, a menos que haja recurso para votação em Plenário, subscrito por pelo menos nove senadores.

Fonte: Agência Senado

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)